

**Nº 31**

**A crise do  
comércio agrícola  
mundial**

**Roberto Iglesias**

**Maio de 1990**

TEXTO PARA DISCUSSÃO INTERNA

A CRISE DO COMÉRCIO AGRÍCOLA MUNDIAL

ROBERTO MAGNO IGLESIAS

MAIO/1990

PROGRAMA DE ESTUDOS SOBRE A POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR

A CRISE DO COMÉRCIO AGRÍCOLA MUNDIAL

Roberto Magno Iglesias

## Resumo

O trabalho procura explorar as causas e as características da crise do comércio agrícola mundial. Essa crise é resultado de mudanças estruturais na oferta e na demanda de produtos agrícolas, e das políticas governamentais para o setor. Por sua vez, a crise gerou um agudo enfrentamento comercial entre os países produtores e um recrudescimento da proteção à agricultura doméstica nos países desenvolvidos.

Para traçar um diagnóstico da crise atual, discute-se as tendências recentes do comércio, da produção e dos preços agrícolas; as políticas agrícolas nacionais e os benefícios possíveis de uma reforma do comércio mundial de produtos agrícolas.

## Í N D I C E

SEÇÃO I - Mudanças no Comércio Agrícola .....	03
I.1 - Tendências Recentes do Comércio e da Produção Agrícola Mundial .....	03
I.2 - Tendências dos Preços Mundiais de Alimentos .....	07
I.3 - Perda do Papel de Liderança dos Estados Unidos e Mudança do Papel da Comunidade Econômica Européia no Comércio .....	15
SEÇÃO II - As Políticas Agrícolas Nacionais e seus efeitos sobre o Comércio Agrícola Mundial .....	13
II.1 - Características das Políticas Agrícolas Nacionais..	15
II.2 - Problemas nas Políticas Agrícolas Nacionais: O Alto Custo de Manutenção das Mesmas .....	19
SEÇÃO III - Conclusões .....	22

## INTRODUÇÃO

A existência de volumosos estoques de produtos agrícolas, a acentuada tendência à diminuição dos preços agrícolas e as agressivas políticas de proteção e subsídio à agricultura são os sintomas mais claros dos desequilíbrios na agricultura mundial, desde começo da década de oitenta. Estes sintomas expressam mudanças significativas na oferta e na demanda de produtos agrícolas, devidas em grande medida aos impactos e repercussões na agricultura das políticas governamentais para o setor.

Neste contexto de crise do comércio agrícola mundial e de dificuldades das políticas agrícolas nacionais é que se pode entender o lugar de destaque que a agricultura tem na Rodada Uruguai do GATT, e que diferencia esta rodada de negociações das anteriores, onde a agricultura não teve um tratamento específico, nem importante.

Para compreender os temas envolvidos na discussão da Rodada é preciso revisar os fatores e elementos por detrás desta crise. Para isso discutiremos na primeira seção as tendências recentes da produção e do comércio agrícola mundial, que geraram uma situação conflitiva entre os participantes no comércio. As principais tendências que se desenvolveram na última década são: crescimento da produção em uma velocidade maior que o consumo o que derivou em crescente acumulação de estoques agrícolas de produtos alimentares em geral e de cereais, em particular; como consequência disso uma persistente queda dos preços internacionais dos produtos agrícolas básicos; e, finalmente, a transformação da Comunidade Econômica Européia de importador em exportador líquido - em uma série de produtos importantes -, e a perda de participação americana no comércio agrícola mundial. Estes dois últimos fenômenos estão por trás do enfrentamento no comércio agrícola entre os Estados Unidos e a Comunidade Européia e explicam a dureza das posições que estes países têm mantido na Rodada Uruguai.

Mas não são exclusivamente as mudanças na estrutura do comércio agrícola, senão também os efeitos sobre o comércio

das políticas agrícolas nacionais - principalmente da Comunidade, do Japão e dos Estados Unidos - que acentuam os desequilíbrios mencionados acima. Por essa razão, na segunda seção - se discutirão as características gerais dessas políticas, seus problemas e custos, e os efeitos negativos sobre a marcha do intercâmbio mundial.

O trabalho se ocupará somente de produtos agrícolas temperados deixando de lado os produtos tropicais e também não prestando atenção ao complexo agroindustrial que utiliza os produtos básicos como insumo fundamental.

Encerra o trabalho uma seção de conclusões onde discutiremos brevemente os benefícios possíveis de um processo de reforma do comércio mundial.

## SEÇÃO I - MUDANÇAS NO COMÉRCIO AGRÍCOLA

### I.1 - Tendências Recentes do Comércio e da Produção Agrícola Mundial

O rápido crescimento da população e da economia mundial permitiu que o comércio mundial de produtos agrícolas crescesse na década de sessenta a uma taxa média anual de 4,0%, superior à taxa média de crescimento da produção do setor<sup>(1)</sup>. O mercado mundial era uma fonte de expansão da economia agrícola, que gozou de preços reais altos e estáveis.

A primeira metade da década seguinte apresentou um comportamento similar. A demanda mundial continuou expandindo-se a taxas ligeiramente superiores a da produção, de maneira que ao final dos primeiros cinco anos os estoques de produtos agrícolas mantinham-se ao mesmo nível que no início da década<sup>(2)</sup>. (Tabela I). Já na segunda metade da década, a demanda caiu devido à diminuição do crescimento da economia mundial, aos altos preços dos alimentos no mercado mundial e aos ajustes no setor externo que os países importadores de petróleo precisaram fazer, depois do primeiro choque do petróleo<sup>(3)</sup>.

Na década de setenta existiram dois importantes estímulos à produção e ao investimento no setor agropecuário. Por um lado, a brusca subida dos preços reais dos alimentos (Tabela III), o que certamente incentivou os países exportadores agrícolas; por outro lado, o choque do petróleo e as dificuldades posteriores para importar sentidas pelos países não produtores de petróleo, levaram essas economias a um processo de substituição de importações agrícolas. Nos países desenvolvidos, os incentivos procuravam a proteção da renda do produtor, atra-

(1) The Uruguay Rond. (1987) pag. 168.

(2) Os estoques finais de um período são indicadores do balanço de oferta e demanda e são iguais a produção + estoques iniciais - utilização.

(3) Os países da OECD, por exemplo, passaram de uma proporção de importações agrícolas sobre o total importado de 16,2% em 1964/80 a uma de 11,1% em 1976/80. Esta mudança reflete transformações em suas agriculturas, mas também o ajuste de importações necessário para permitir as compras de petróleo mais caras. FMI, 1988a.

vés de garantias de preços e facilidades creditícias e de acesso aos insumos.

O resultado dos anos setenta (Tabela I) foi um forte crescimento dos estoques finais de produtos, da ordem de 53%, produzidos, basicamente, na segunda metade do período.

A década de oitenta presenciou o desenvolvimento pleno das tendências que se estavam delinhando já na segunda metade dos setenta. Por um lado, a produção como resultado das políticas adotadas nos anos anteriores, teve um crescimento sustentado nos primeiros sete anos da década<sup>(4)</sup>. Por outro, a demanda mundial cresceu lentamente no mesmo período, tanto as exportações<sup>(5)</sup> como o consumo total. Como consequência desta situação, os estoques finais cresceram 65% nesse período. Junto com a acumulação de estoques, houve uma queda substancial de preços e um recrudescimento das tensões comerciais entre os principais exportadores agrícolas.

A partir de 1987, um processo de lenta normalização da produção e do comércio mundial de alimentos começou a operar. A redução da produção permitiu uma certa recuperação dos preços mundiais em 1988 e 1989, mas a melhoria observada não aliviou as tensões entre os grandes exportadores, o que é um indicador que na década ocorreram mudanças estruturais que requerem um novo ordenamento do comércio para diminuir efetivamente as tensões entre os principais protagonistas do mercado mundial agrícola.

Se analisarmos a evolução dos cereais, o principal agrupamento dos produtos agrícolas, pode-se observar um comportamento e tendências muito semelhantes ao conjunto da produção e do comércio agrícola mundial<sup>(6)</sup>. A produção praticamente duplicou entre 1960-65 e 1985-1988, passando de 863 a 1648 bilhões de toneladas métricas. (Tabela II). O crescimento foi devido a um importante incremento da produtividade média por hectares, que passou de 1,33 ton/ha no começo dos sessenta a 2,34 ton/ha no

(4) No período 80-82 a taxa anual foi de 4,5%, em 1983 a produção sofreu uma pequena queda, e nos anos de 1984-86 a taxa média alcançou os 4% ao ano.

(5) Gatt (1986-78).

(6) Deve-se lembrar que nos indicadores agregados de volume e preço mundiais, o peso dos cereais oscila em torno de 50% do total.

período 85-88, enquanto que a área semeada aumentou apenas de 650 para 704 milhões de hectares, entre o início dos sessenta e a década de oitenta. As razões para esse crescimento da produtividade tão significativo se encontram na maior utilização de fertilizantes e agroquímicos, nos avanços biotecnológicos e na taxa de investimentos diretos no setor, e naqueles investimentos subsidiários em infraestrutura vinculada à produção e à comercialização agrícola.

O crescimento do consumo durante os anos sessenta, e a primeira metade dos setenta, permitiu uma diminuição dos estoques anuais finais de cereais de uma média de 180 milhões de toneladas entre 1960-65 a 155 milhões de toneladas entre 1970-65. A demanda expandiu-se de forma sustentada, e a União Soviética, um exportador líquido de cereais em décadas passadas, transformou-se em importador de grãos, estimulando a demanda do principal grupo de produtos do comércio agrícola mundial. Nos três primeiros anos da década, o forte incremento das compras de grãos - em relação às suas médias de anos anteriores - do Japão, da Comunidade Econômica Européia, dos países do Leste Europeu e dos países em desenvolvimentos levou a uma forte subida de preços e desacumulação de estoques<sup>(7)</sup>.

A partir de 1976 e até 1980/81 os estoques finais se situaram em torno dos 200 milhões de toneladas, passando a uma média de 240 milhões de toneladas no período 1980/84. Finalmente, no período 1985/88 os estoques ficaram em torno dos 350 milhões, o dobro da média verificada no começo dos anos sessenta. Este aumento dos estoques expressa uma situação de baixa expansão da utilização devido ao baixo crescimento da economia mundial entre 1976-88 e às dificuldades financeiras e à queda da capacidade de importação dos países em desenvolvimento, especialmente daqueles importadores de petróleo. Por outro lado, as políticas

---

(7) Ver Hathaway, 1987 e Tabela II.

nacionais de proteção à agricultura limitaram a flexibilidade do ajuste da oferta de grãos frente à nova realidade da demanda mundial. A partir de 1981/82 a produção cresceu ininterruptamente - com exceção de 1983/84 - enquanto que a utilização em todos esses anos foi sempre inferior à produção. (Tabela II)

Os principais exportadores agrícolas, de grãos, são: os Estados Unidos, a Comunidade Econômica Européia - que passou de importador líquido, nos sessenta, a exportador líquido nesta década -, Canadá, Austrália, Argentina e Tailândia, estes quatro últimos integram o terceiro grande bloco exportador do comércio de cereais: o grupo de Cairns <sup>(8)</sup> - A União Soviética, um antigo exportador nos anos sessenta, junto com o Japão e os países do Leste Europeu são os principais importadores de cereais <sup>(9)</sup>.

---

(8) O grupo de Cairns reúne um conjunto de países exportadores agrícolas que têm como característica comum um baixo nível de subsídio à agricultura e às exportações do setor. Os integrantes são, além dos mencionados: o Brasil, a Nova Zelândia, as Filipinas, o Uruguai, o Chile, a Colômbia, a Hungria e a Indonésia.

(9) Hathaway (1987).

## I.2 - Tendência dos Preços Mundiais de Alimentos

A tendência à super-produção e, conseqüentemente, à acumulação de estoques de produtos primários que começou na segunda metade dos setenta, mostrou-se com todo o vigor nos primeiros sete anos da década de oitenta. Como conseqüência disso os preços mundiais de alimentos apresentaram uma tendência à queda entre 1980 e 1986, quando o índice nominal de preços foi 34% inferior ao de 1980. Em termos reais a queda é muito mais forte, e os valores são, em sua maioria, inferiores aos da década de setenta e sessenta (Tabela III).

O comportamento dos preços dos alimentos acompanha de perto o balanço entre a oferta e a demanda mundial. Esta última, por sua vez, é fortemente influenciada pelo nível e pela taxa de variação da renda mundial, e pela aparição de novos substitutos próximos dos produtos agrícolas. No curto prazo, é a taxa de variação da renda o fator fundamental de determinação da demanda.

Nos primeiros cinco anos da década de setenta, os preços cresceram mais de cinquenta por cento em termos reais, devido ao crescente excesso de demanda existente no mercado mundial de alimentos, provocado pelas elevadas e sustentadas taxas de expansão da economia mundial na época. O choque do petróleo, a diminuição do crescimento entre 1975 e 1977 e a recuperação da oferta agrícola mundial levou a uma diminuição dos preços nesses anos. Novamente um período de crescimento da produção mundial, e o aumento das compras de cereais da União Soviética e China, elevou os preços dos cereais, em particular, e dos alimentos, em geral, no final da década de setenta.

De 1980 até 1982 os preços dos alimentos caíram pelo efeito combinado do crescimento da oferta agrícola e da estagnação da economia mundial, que levaram a uma forte acumulação de estoques em nível mundial. (Entre 1980 e 1982 os estoques cresceram cerca de 30%). Em 1983 uma queda da produção agrícola,

junto com a recuperação da economia mundial, permitiu uma leve recuperação dos preços, mas já em 1984 a produção de alimentos cresceu fortemente e a demanda, apesar do crescimento do produto mundial, não conseguiu evitar a produção excedente. Nos anos seguintes, até 1987, o quadro se repetiria: estoques crescentes de produtos alimentares e preços declinantes. Os estoques cresceram 35% entre 1983 e 1987 e os preços declinaram 24% no mesmo período (Tabela III). A partir da segunda metade de 1987 os preços começaram a subir lentamente devido: ao aumento do consumo (principalmente a utilização de cereais para alimentação animal), à diminuição da produção por razões climáticas e aos ajustes nas políticas agrícolas dos países desenvolvidos.

Quanto aos cereais, os preços caíram fortemente durante a década de oitenta até 1987. Esse comportamento resultou da produção superior ao consumo, da diminuição do volume do comércio mundial (pois três dos maiores importadores líquidos - China, Índia e Indonésia - aumentaram seu grau de auto-suficiência) e, por último, das dificuldades financeiras dos países em desenvolvimento, que limitaram suas importações de cereais. A partir de 1987, os preços se recuperaram graças à queda da produção, mas não alcançaram os valores do começo da década (Tabela IV). Os preços reais (Tabela V) do trigo, milho e arroz; na década de oitenta permaneceram abaixo das médias da década de setenta e sessenta. Este fato expressa a existência de desequilíbrios entre oferta e demanda que começaram a manifestar-se desde finais da década de setenta, e a mudança na produtividade agrícola que teriam colocado o preço normal de longo prazo em um patamar inferior ao das décadas anteriores. De qualquer maneira, será preciso a eliminação dos estoques excedentes para que os preços encontrem seu nível de longo prazo.

As políticas agrícolas nacionais dos países desenvolvidos - principalmente da Comunidade e dos Estados Unidos - foram as responsáveis pelo pequeno ajuste da área cultivada à queda dos preços, ao evitar que essa diminuição se refletisse na renda

dos produtores e, portanto, os obrigassem a fazer os ajustes de produção necessários. Adicionalmente, a valorização do dólar até 1985 evitou a deterioração das rendas dos produtores agrícolas dos países com moedas fortes, porque o efeito de queda dos preços em dólar foi parcialmente compensado pela desvalorização de suas moedas com relação ao dólar. Na segunda metade da década as políticas agrícolas dos países desenvolvidos começaram a ajustar-se, o que permitiu diminuir a produção e a área semeada de cereais para o período 1987-1989.<sup>(10)</sup>

Nas oleaginosas (sementes, óleos e farinhas), particularmente na soja, a depressão dos preços obedece à mesma razão que no caso dos cereais: uma contínua recuperação da produção desde 1983-84 sem uma expansão similar no consumo (Tabela IV). Os preços reais em toda a década se encontram por baixo dos níveis médios das décadas de setenta e sessenta.

A queda relativa do consumo em relação à produção não obedecerá só a fatores conjunturais e aos efeitos depressivos produzidos pela queda do preço dos bens substitutos. Há também efeitos de mudanças no consumo pela aparição de substitutos artificiais. Os óleos, por exemplo, são demandados pelas indústrias de alimentos e de sabão, entre outras, e essa utilização não só concorre com substitutos próximos já existentes, como o progresso técnico cria constantemente novos substitutos que podem substituir os óleos vegetais.

A oferta de produtos derivados das sementes oleaginosas tem características particulares que afetam o comportamento dos preços. Os óleos e as farinhas são resultado da produção conjunta, o que pode resultar em excedentes de um dos subprodutos que necessariamente se deve produzir. No caso da soja, o

(10) Para 1987/88 os preços de intervenção da Comunidade foram fortemente reduzidos. Para 1988/89 fixou-se um máximo de produção de grãos de 160 milhões de toneladas, e se a produção efetiva excedesse esse valor se aplicaria uma redução nos preços de intervenção. Adicionalmente outras sanções que diminuem a renda do produtor foram implementadas, assim como um programa de redução da área semeada.

farelo se produz junto com o óleo, mas enquanto a demanda de farelo é sustentada, a demanda correspondente ao óleo não é. A consequência disto é que os preços dos óleos vegetais são mais instáveis no mercado mundial.

### I.3 - Perda do Papel de Liderança dos Estados Unidos e Mudança do Papel da Comunidade Econômica Européia no Comércio

A tendência mais notável desta década é a perda do papel hegemônico de que gozava a agricultura norte-americana, fruto de sua alta participação na produção e na exportação dos principais produtos agrícolas. Como se discutirá mais adiante, os Estados Unidos conseguiram, no passado, apartar a agricultura das normas do GATT, e dessa maneira dificultaram a criação de regras que ordenassem e disciplinassem o comércio agrícola mundial. Fica claro, que o domínio de excedentes exportáveis permitia aos Estados Unidos, em um mercado regulado pela oferta e demanda, um importante controle sobre o preço através das regulações dos estoques de produtos.

Nos principais produtos agrícolas, objetos do comércio, como trigo, grãos duros (milho, cevada e outros) e oleaginosas, a participação dos Estados Unidos caiu no período compreendido entre começos da década de setenta e meados da década de oitenta. Principalmente desde começos da década de oitenta a participação americana caiu sustentadamente.

Com podemos observar na Tabela VI, no caso do trigo, de 45% das exportações mundiais em 1981/82, a participação americana caiu a 26% em 1985/86. Nos grãos duros, de um máximo de 60% que atingiu sua participação no começo da década, esta caiu a 38%. Nas oleaginosas (óleos e farinhas) a tendência ligeiramente declinante durante os anos setenta transformou-se numa forte perda de participação nos anos oitenta.

A variação do dólar com relação às outras moedas é a explicação mais frequentemente aceita para dar conta deste fenômeno de queda da participação americana no comércio. Durante a segunda metade dos anos setenta a moeda estadunidense desvalorizou-se frente às moedas européias, o que permitiu aos Estados Unidos manter e ampliar o espaço para suas exportações. Durante

a primeira metade dos oitenta, ao contrário, o dólar apreciou-se, permitindo que, apesar da queda dos preços dominados em dólares, as receitas dos exportadores dos países europeus aumentassem e, portanto, os produtores menos eficientes de Europa e outros países continuassem produzindo e competissem nos mercados mundiais com os americanos. A política de subsídios da Política Agrária Comum da Comunidade facilitou, a colocação dos excedentes exportáveis.

Durante o mesmo período (1970-86), a Comunidade Econômica Européia incrementou a sua participação nas exportações agrícolas mundiais, e mudou a sua condição de importadora líquida para exportadora líquida de um conjunto de produtos (Tabela VI e VII). No caso do trigo, por exemplo, a Comunidade, era uma importadora líquida em 1970/71, mas já em 1975/76 era exportadora líquida e a sua participação nas exportações mundiais praticamente triplicou entre 1970 e 1986. Nos grãos duros, a participação da CEE nas exportações desses produtos foi de 16 a 21%, enquanto que a partir de 1982/83 a Comunidade torna-se exportadora líquida desses produtos. Na carne bovina a participação da Comunidade nas exportações dobrou entre 1970 e 1986.

## SEÇÃO II - AS POLÍTICAS AGRÍCOLAS NACIONAIS E SEUS EFEITOS SOBRE O COMÉRCIO AGRÍCOLA MUNDIAL

### INTRODUÇÃO

A intervenção dos governos nos mercados domésticos da agricultura - principalmente dos países desenvolvidos - exacerbou os desarranjos do mercado agrícola mundial.

Como se mostrou na Seção I, a baixa taxa de crescimento da economia mundial na década de oitenta levou a um aumento pequeno da demanda mundial de alimentos e à consequente acumulação de estoques de produtos agrícolas. Adicionalmente, a transformação das taxas de câmbio fixas em variáveis teve impacto não só nos mercados financeiros, mas também nos mercados agrícolas, alterando as condições de competitividade dos países exportadores e levando a redistribuições contínuas e significativas nas participações dos países no comércio agrícola mundial.

As políticas agrícolas nacionais não se adaptaram a este mundo em transformação, e não fizeram, em seus mercados, os ajustes no sentido esperado: diminuir a produção. As políticas domésticas estimularam a produção ao isolar suas economias da queda de preços e da instabilidade da economia mundial, e ao sustentar a renda dos produtores. Os fortes excedentes internos gerados terminaram desaguando no mercado mundial, deprimindo ainda mais os preços, e agravando dessa maneira os desequilíbrios. Nesse contexto, os países acentuaram ainda mais o protecionismo existente na década de setenta. O objetivo de fechar as fronteiras para evitar a produção competitiva foi complementado com o de ampliação, via subsídios, dos mercados externos para colocar a produção excedente. Ou seja, o protecionismo e os subsídios à exportação são as duas características básicas das políticas comerciais agrícolas nos anos oitenta.

A crise do comércio agrícola e a escolha da via dos subsídios para intentar resolvê-la ao nível de cada país teve dois efeitos principais que explicam o interesse na atual rodada

de negociações pela agricultura: por um lado, o incremento dos custos fiscais das políticas de suporte ao setor agrícola, principalmente nos Estados Unidos e na Comunidade Econômica Européia; por outro lado, o agravamento das tensões comerciais entre os principais exportadores mundiais. Estes efeitos mostraram a necessidade de harmonizar e racionalizar as políticas agrícolas domésticas e suas repercussões sobre o comércio.

Nesta seção discutiremos, as características gerais das políticas agrícolas nacionais, e, mostraremos o crescimento dos custos fiscais decorrentes dessas políticas.

## II.1 - Características das Políticas Agrícolas Nacionais

Existe consenso em que a agricultura difere de outras indústrias. Essas diferenças foram e são usadas para justificar os programas nacionais de apoio e proteção à agricultura, e e também foram usadas no passado, para outorgar-lhe um tratamento especial no GATT.

As características que permitem diferenciar a agricultura de outras indústrias poderiam ser classificadas de acordo com o tempo em que se apresentam, em características de curto e de longo prazo. Dentre as de curto prazo, pode-se mencionar as seguintes: a forte influência da natureza na determinação da produção, a baixa elasticidade da oferta devido ao ciclo produtivo e, finalmente, a inelasticidade da demanda, o que pode ocasionar, no curto prazo, uma instabilidade de preços muito marcada pelos excessos temporários de oferta ou de demanda. Daí surgiria a necessidade de administrar preços e contar com estoques reguladores para que consumidores e produtores não sejam afetados por desequilíbrios temporários que as características do produto não conseguem evitar. Dentre as características de longo prazo pode-se mencionar a baixa elasticidade da oferta e a especificidade dos recursos investidos no setor, o que não permite sua reutilização em outras indústrias. Este último tipo de característica justificaria os subsídios às pesquisas agrícolas e as facilidades creditícias para o investimento no setor.

As medidas de intervenção governamental na agricultura podem classificar-se em medidas de suporte de preços, de suporte das rendas dos produtores e de longo prazo. As medidas de preços e de rendas são as mais utilizadas pelos países desenvolvidos, e são elas as que têm gerado as controvérsias mais profundas nas negociações multilaterais atualmente em marcha.

As medidas de suporte de preços que os países desenvolvidos aplicam têm como objetivos: limitar o acesso aos mercados domésticos dos produtores externos, ampliar a brecha entre os preços mundiais e os preços que o produtor doméstico rece

be ou o consumidor paga, e reduzir os preços das exportações aos níveis internacionais. As medidas de suporte de preços são comumente divididas em domésticas e de fronteiras. Entre as domésticas temos: quotas de produção, preços de intervenção, créditos para a colheita e sistemas de estoques para equilibrar o mercado. As tarifas, em suas diversas formas - *ad valorem*, fixa ou taxas variáveis (de acordo com um preço de intervenção) - são as medidas de fronteira mais comuns às quais se adicionam as quotas de importação, as restrições quantitativas, as medidas sanitárias, os subsídios ou impostos à exportação e o comércio exterior diretamente controlado pelo estado.

Os objetivos das medidas de suporte das rendas dos produtores são: incrementar o preço ou a renda do produtor, deixando inalterado os preços domésticos dos produtos. São em geral menos ineficientes que as medidas de preços, porém podem levar também a um excesso de produção, na medida em que a retribuição ao produtor esteja associada ao volume produzido. A forma normal destas medidas consiste num pagamento pela diferença entre um preço objetivo ou de intervenção e o preço de mercado. Os subsídios aos insumos diretos, os créditos subsidiados para a produção e as isenções impositivas constituem outros exemplos de medidas de sustentação de renda dos produtores.

Tanto as medidas de fronteira (tarifas, quotas, e outras) como as medidas domésticas de preço e de renda tendem a incrementar a produção local, deslocando a produção externa total ou parcialmente. Esta transferência ao setor agrícola pode ser feita a partir dos consumidores, dos contribuintes (que pagam maiores impostos para financiar os programas agrícolas) ou de outros beneficiários dos programas públicos (i.e. desempregados e pensionistas, que ficam com menores benefícios que foram realocados à agricultura).

No caso dos consumidores, eles efetuam uma transferência, pois pagam um preço maior pela produção agrícola local, existindo a proibição ou restrição à importação do similar importado. Este tipo de medida tem baixo custo fiscal, especialmente

se aplicada a produtos com demanda excedente, pois o governo não precisa incorrer em custos de acumulação de estoques comprados ao preço de intervenção. Os grãos, tanto nos Estados Unidos como na Comunidade Européia, apresentam exemplos destas políticas. Na Europa o preço de intervenção é sustentado por compras da produção até certo limite, e por taxas variáveis que elevam o preço do grão importado ao preço doméstico. Nos Estados Unidos o governo oferece empréstimos - CCC commodity loans - para a colheita a um preço determinado, chamado "taxa de empréstimo". O produtor pode de acordo com as circunstâncias do mercado, pagar em dinheiro ou com a produção.

No caso dos contribuintes, eles efetuam a transferência através de maiores impostos pagos para financiar os pagamentos governamentais ao setor agrícola. Certos grãos nos Estados Unidos, e as oleaginosas, na Comunidade Européia, têm este tipo de políticas de sustento da renda do produtor.

Os resultados destas políticas são preços pagos pelos consumidores maiores que os preços mundiais - o produtor recebe também um preço maior, não necessariamente igual ao anterior - e uma realocação de recursos de consumidores, contribuintes e outros setores na agricultura. Para medir estas distorções podem-se utilizar diversos indicadores.

No caso de preços maiores, os coeficientes de proteção nominal - relação entre o preço doméstico e o internacional - é um indicador que pode ser usado. Na Tabela VIII pode-se observar que dos países selecionados, o Japão e a Comunidade têm os maiores coeficientes de proteção nominal média na agricultura. O Japão, com exceção da carne bovina, tem os maiores coeficientes em todos os produtos selecionados, e é também o país que mais diferencia preço do produtor e do consumidor.

No caso da alocação de recursos a Tabela IX mostra um indicador dos subsídios recebidos pelo produtor como proporção do valor da produção nos mesmos países e produtos. Novamente o Japão e a Comunidade Européia outorgaram no período 84-86 subsídios equivalentes entre 40 e 70% da produção agrícola des-

ses países. Os Estados Unidos praticamente duplicaram a proporção média de subsídios à agricultura.

O incremento da produção nos países desenvolvidos, estimulado pelas medidas de suporte ao produtor, os avanços tecnológicos e a maturação dos investimentos na agricultura, transformou-se em excedente na medida em que a demanda não cresceu na mesma proporção em decorrência do pequeno crescimento desses países e da baixa elasticidade - preço da maioria dos produtos agrícolas. Para a colocação dos excedentes fora do mercado doméstico os países tiveram que incrementar os subsídios à exportação. A colocação de excedentes crescentes no mercado mundial deprimiu os preços mundiais nos começos dos oitenta. Com objetivo de dispor dos estoques acumulados, os países acentuaram o protecionismo, fechando o mercado doméstico, e aumentaram ainda mais os subsídios para ampliar seu mercado externo. O resultado foi uma queda do volume do comércio e dos preços.

As políticas agrícolas domésticas foram feitas por razões internas e com instrumentos de estímulos à produção. Na década de oitenta, porém, mostraram ter efeitos perversos sobre o comércio e não serem flexíveis para ajustar-se a novos contextos. O mecanismo utilizado para tentar eliminar os estoques teve efeitos desequilibradores sobre o comércio, incrementou os custos dos programas e agravou as tensões no comércio mundial.

## II.2 - Problemas nas Políticas Agrícolas Nacionais: O Alto Custo de Manutenção das Mesmas

A necessidade de dispor dos estoques excedentes de produtos primários eleva os custos fiscais dos programas agrícolas. Isto acontece sempre que os governos cobrem a diferença entre o preço doméstico para o produtor - ou preço de intervenção - e o preço externo. Então se o preço externo cai relativamente ao preço doméstico, e simultaneamente aumenta a quantidade a subsidiar, pela necessidade de desfazer-se dos estoques de produção, o volume de pagamentos governamentais cresce substancialmente. O mesmo se aplica ao caso em que o preço do mercado cai abaixo do preço de intervenção, tendo o governo se comprometido a comprar o excedente ao preço fixado. Assim, o aumento dos custos fiscais das políticas tem duas origens fundamentais: os subsídios à exportação e os pagamentos para garantir uma certa renda ao produtor ("deficiency payments").

No caso da Comunidade Econômica Européia, a medida em que as importações caíam por causa da crescente autosuficiência européia, as receitas da Política Agrícola Comum (PAC), provenientes das taxas variáveis sobre importações ("variable levies") diminuíam<sup>(11)</sup>. Simultaneamente, os custos orçamentários da PAC começaram a crescer, devido às compras, ao armanejamento e às exportações da produção excedente. O custo de exportar foi pequeno durante o tempo em que os preços do mercado mundial foram altos e o dólar estava valorizado. Em 1986 e 1987, quando o preço nominal dos produtos e o dólar caíram fortemente os custos da PAC cresceram acentuadamente. Os estados membros da Comunidade foram obrigados a aumentar a proporção do imposto ao valor agregado (VAT) destinado ao orçamento da PAC, em 1985<sup>(12)</sup>.

Os custos com os principais produtos quadruplicaram o orçamento da PAC entre 1970/72 e 1980/82 e o duplicaram entre

(11) As receitas tinham duas fontes principais: as taxas variáveis sobre importações e uma proporção do imposto sobre o valor agregado (VAT).

(12) Em 1983 tinha sido incrementada a proporção a 1% da arrecadação do VAT de cada país membro, mas já era insuficiente. Em 1985 essa proporção subiu a 1,4%.

essa data e 1986, chegando a 18.000 milhões de ECU. A partir de 1986 a Comunidade adotou uma série de medidas para aliviar o custo fiscal da PAC, através de reduções na área semeada, diminuição dos preços de intervenção, da quantidade de produção com preço garantido e dos preços recebidos pelos produtores. Apesar das crescentes pressões internas devidas aos custos orçamentários e das pressões externas pelos efeitos negativos sobre o comércio, a PAC permanece basicamente inalterada e seu apoio político não sofreu nenhum abalo.

A PAC, segundo Hathaway (1987), construiu-se sobre duas hipóteses que mostraram-se erradas. A primeira, que a Comunidade continuaria sendo um importador líquido de muitos produtos, de maneira que a PAC teria receitas suficientes para financiar os subsídios. A segunda hipótese era um mundo em crescimento com preços estáveis ou crescentes, que permitiria à PAC pequenos custos fiscais e neutralidade no comércio mundial. Uma demanda doméstica estagnada, os incrementos na produtividade e na produção invalidaram a primeira hipótese. As condições do mercado mundial fizeram com que a segunda hipótese se mostrasse errada. Os altos custos fiscais da PAC e sua contribuição ao rompimento do equilíbrio do mercado mundial são evidências da necessidade da reforma desta política.

Os custos orçamentários das políticas agrícolas dos Estados Unidos seguiram um caminho diferente ao da Comunidade Econômica Européia (13). As despesas caíram fortemente em meados dos setenta, e permaneceram estáveis e baixas até 1981, quando a acumulação de excedentes e os preços de exportação em queda aumentaram os custos fiscais dos programas. Para ter-se uma idéia, em 1981 os custos fiscais com programas de apoio à agricultura totalizavam 5 bilhões de dólares e em 1986 tinha alcançado os 27 bilhões da mesma moeda.

A política americana, tal como a européia, baseou-se em hipóteses incorretas com respeito às condições do mercado mundial. As condições do comércio mundial nos oitenta não

(13) Ver Hathaway (1987), pág. 81-89.

permitted a coexistence of high intervention prices and low fiscal costs for the programs. But even with the world market stagnated, low domestic prices and subsidies to exports were insufficient to avoid the accumulation of stocks.

The increasing use of subsidies and the payments to support the income of producers has increased the criticism of competitors to the Americans. The United States argue that they resorted to subsidies to exports to compete with other subsidies. The American agricultural program suffers a growing internal opposition because of its fiscal costs, not because of its negative effects on commerce.

## SEÇÃO III - CONCLUSÕES

A década de oitenta foi uma década de crise para o comércio agrícola mundial, pois houve uma significativa queda do volume de comércio e dos preços mundiais, e crescentes tensões entre as nações exportadoras. Existe um amplo consenso de que os programas governamentais de sustentação de preços e rendas dos produtores agrícolas são um fator importante nos problemas da agricultura mundial. Estes programas continuaram estimulando a produção quando a demanda mundial mostrava sinais de estagnação. O resultado foi uma queda real dos preços agrícolas aos níveis mais baixos que se conheceram desde 1960.

A gravidade da situação levou à transformação da agricultura num dos temas fundamentais da Rodada Uruguai de negociações multilaterais do GATT. Existe um paulatino convencimento entre os negociadores de que as políticas agrícolas nacionais poderão ser modificadas mais facilmente e com menores custos se todos os países atuarem de forma coordenada.

A questão crucial é saber se os países envolvidos que têm resistido, no passado, à aplicação de regras internacionais no comércio agrícola - estariam dispostos a aceitar normas e obrigações multilaterais que limitariam suas políticas agrícolas domésticas e abririam seus mercados a uma maior competitividade internacional.

As razões para a mudança nas políticas agrícolas são muitas: crescentes custos orçamentares; volumosas transferências de recursos dos contribuintes e consumidores ao setor agrícola; ineficiências na alocação de recursos; altos custos dos insumos agrícolas; fricção entre os principais exportadores; severas dificuldades nas receitas de exportação dos países em desenvolvimento, que são exportadores eficientes de produtos do setor.

As políticas que discriminam contra a agricultura nos países em desenvolvimento e a subsidiam nos países desenvolvidos fazem com que uma significativa proporção de produto agrícola se

ja produzido no lugar errado, sob condições de ineficiência. Um mais eficiente uso dos recursos agrícolas significará um aumento da taxa de expansão da economia mundial.

A liberalização do comércio agrícola pode trazer amplos benefícios para os países desenvolvidos e em desenvolvimento. Certamente preços mundiais mais altos e estáveis para os produtos agrícolas, que resultariam das reformas e da liberalização, incrementarão os custos da importação nos países subdesenvolvidos que são importadores líquidos de alimentos, mas os agricultores desses países se beneficiariam. Ao mesmo tempo os exportadores de muitos países em desenvolvimento terão importantes ganhos a partir de preços mais altos e estáveis. Os consumidores e os contribuintes dos países desenvolvidos deixarão de transferir recursos ao setor agrícola, que poderão ser utilizados de forma mais produtiva.

A agricultura foi tratada de maneira especial dentro do GATT. As regras do GATT para o comércio não-agrícola impunham limites às políticas para proteger as indústrias domésticas. No comércio agrícola, as regras presentes permitem subsídios à exportação e restrição quantitativas à importação. Como resulta do disto, os governos aumentaram sua intervenção nos preços, na produção e no comércio agrícola.

Em 1987, nas primeiras etapas da Rodada do Uruguai, um conjunto de propostas foram apresentadas pelos principais países envolvidos nesta negociação.

Os Estados Unidos colocaram a questão da completa liberalização do comércio agrícola, o que implicaria a total eliminação dos subsídios à produção e ao comércio agrícola em um período de 10 anos, sem explicitar mecanismos para alcançar estes objetivos nem outras medidas de curto prazo. A Comunidade Europeia não propôs um projeto para a reforma de longo prazo dos esquemas atuais, mas aceitou a discussão de princípios gerais (baixos coeficientes de proteção nominal, maior acesso aos mercados) e estaria disposta a discutir reformas de curto prazo para mercados e produtos específicos. O terceiro grande bloco negociador, o Grupo de Cairns, fez uma proposta para o longo prazo similar

à americana, mas também apresentou iniciativas de reformas para o curto prazo, entre elas, o congelamento dos subsídios nos países protecionistas e seu posterior desmantelamento.

Perto da conclusão da Rodada de negociações, continuam existindo controvérsias sobre a profundidade e o tempo das reformas. Apesar das diferenças, os países envolvidos no comércio agrícola têm uma excelente oportunidade para implementar reformas fundamentais nas políticas de suporte que afetam o comércio, e fortalecer as regras de um intercâmbio mais harmônico entre os países.

TABELAS

TABELA I  
 AGRICULTURA  
 DEMANDA E OFERTA MUNDIAL DE ALIMENTOS  
 (ÍNDICE 1980 = 100)

A N O	PRODUÇÃO <sup>1</sup>	OFERTA <sup>2</sup>	UTILIZAÇÃO	ESTOQUES <sup>3</sup> FINAIS
1970	70,8	73,1		64,3
71	75,6	75,1		67,3
72	75,7	75,3		55,6
73	82,7	80,1		63,4
74	79,8	78,7		62,8
75	84,8	82,9		73,2
76	88,7	87,3		83,4
77	91,1	90,8		86,1
78	98,1	97,0		97,3
79	100,9	100,8		98,2
80	100,0	100,0	100,0	100,0
81	104,3	104,2	103,7	110,3
82	109,4	109,8	107,8	129,0
83	105,4	108,6	108,8	107,6
84	113,8	113,7	111,2	130,7
85	116,1	118,4	112,0	163,2
86	119,5	125,0	119,9	165,0
87	117,8	123,8	121,0	146,3
88				
89				

FONTE: F.M.I. Primary Commodities. 1968 e 1988 e Hathway (1987).

NOTA1: Índice de Produção estimado pela Divisão de Mercadorias do FMI. Os pesos dos principais produtos são cereais 48,5, carne 24,76, óleos fa  
rinhas e sementes oleaginosas 27,5, açúcar 7,5.

NOTA2: Oferta: Produção + estoques iniciais de cada ano.

NOTA3: Estoque de fim de ano.

TABELA II

## DEMANDA E OFERTA MUNDIAL DE CEREAIS

ANO	PRODUÇÃO MILHÕES/TONS.	RENDIMENTO TONS./HA	UTILIZAÇÃO MILHÕES/TONS.	ESTOQUES FINAIS
1960/65	863	1,33	864	180
65/70	1026	1,53	1020	186
1970/71	1103	1,64	1144	165
71/72	1197	1,76	1179	183
72/73	1161	1,73	1201	143
73/74	1273	1,82	1266	149
74/75	1218	1,74	1223	141
75/76	1247	1,74	1236	150
76/77	1363	1,90	1309	204
77/78	1337	1,87	1338	202
78/79	1466	2,05	1436	232
79/80	1428	2,0	1451	210
80/81	1447	2,0	1461	196
81/82	1498	2,04	1464	229
82/83	1548	2,16	1505	272
83/84	1485	2,10	1553	204
84/85	1645	2,32	1592	256
85/86	1665	2,33	1575	346
86/87	1679	2,36	1641	385
87/88	1600	2,32	1648	337

FONTE: FMI - Primary commodities - 1988.

TABELA III

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS AGRÍCOLAS

- ALIMENTOS -

( INDICE 1980 = 100 )

ANO	NOMINAL <sub>1</sub>	REAL <sub>2</sub>
1960/71	35,9	115,1
1970	38,3	112,3
71	39,5	110,4
72	42,7	109,6
73	77,1	168,0
74	95,3	174,6
75	76,4	122,6
76	71,7	114,5
77	69,7	101,9
78	79,0	99,7
79	92,1	101,7
80	100,0	100,0
81	96,8	100,9
82	82,1	87,4
83	89,2	97,9
84	88,6	99,9
85	74,9	84,0
86	65,7	62,4
87	67,4	56,8
88	85,9	67,9
89	88,5	70,0

FONTE: 1970-1987 - FMI - Primary Commodities 1986 e 1988  
1988-1989 FMI - Estatísticas Financeiras Internacionais  
Dezembro 1989.

NOTA 1: Índice nominal de preços de alimentos em dólar. As ponderações são as mesmas no índice de produção da Tabela I.

NOTA 2: Índice de preços nominais dos alimentos deflacionado pelo índice do valor unitário das exportações manufaturadas dos países desenvolvidos.

TABELA IV

## EVOLUÇÃO DOS PREÇOS NOMINAIS

(ÍNDICE 1980 = 100)

A N O	TRIGO	MILHO	ARROZ	AÇÚCAR <sub>1</sub>	SOJA		CARNE <sub>2</sub>
					ÓLEO	FARELO	
1960 - 69	36,0	41,5	37,1	12,1	38,8	33,4	40,1
70	31,8	46,0	32,9	13,2	47,8	39,8	47,2
71	35,8	46,0	30,0	15,7	50,8	39,4	48,8
72	40,5	44,4	34,6	26,1	40,3	49,8	53,6
73	80,9	77,0	68,4	33,4	72,9	117,0	72,8
74	104,0	104,8	124,9	104,2	139,1	71,0	57,6
75	86,1	95,2	83,6	71,8	94,1	59,8	48,0
76	76,9	88,9	58,5	40,4	73,2	76,4	57,6
77	59,5	75,4	62,7	28,2	97,0	88,8	54,4
78	74,0	80,2	85,0	27,2	101,5	82,2	77,6
79	92,5	92,1	77,0	33,8	110,7	93,8	104,8
80	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
81	101,2	104,0	111,3	58,9	84,8	97,7	89,6
82	92,5	85,7	67,5	29,3	74,7	84,2	86,4
83	90,8	107,9	63,8	29,6	88,1	91,9	88,8
84	87,9	107,9	58,1	18,1	121,2	76,1	82,4
85	78,6	89,0	50,0	14,3	96,3	60,6	78,4
86	66,5	69,6	48,4	21,3	57,2	71,4	76,0
87	65,4	59,8	53,0	23,8	55,9	78,4	86,9
88	84,0	84,7	69,3	36,0	77,5	103,1	91,7
89	98,0	88,3	73,7	45,2	72,1	95,4	93,4

FONTE : FMI - Primary Commodities 1986/88.

1988 e 1989 FMI, Estatísticas Financeiras Internacionais, Dez. 1989

NOTA 1: Preço do Acordo Internacional do açúcar.

NOTA 2: Carne de boi, congelado sem osso.

TABELA V  
EVOLUÇÃO DOS PREÇOS REAIS  
( ÍNDICE 1980 = 100 )

ANO	TRIGO	MILHO	ARROZ	AÇÚCAR	SOJA		CARNE
					ÓLEO	FARELO	
1960/69	118,1	136,1	121,7	39,7	127,3	109,5	131,5
70	93,3	134,9	96,5	38,7	140,2	116,7	138,4
71	99,7	128,1	83,6	43,7	141,5	109,7	135,9
72	104,1	114,1	88,9	67,1	103,6	128,0	137,8
73	177,4	168,9	150,0	73,2	159,9	256,6	159,6
74	190,1	191,6	228,3	190,5	254,3	129,8	105,3
75	138,2	152,8	134,2	115,2	151,0	96,0	77,0
76	122,8	142,0	93,5	64,5	116,9	122,0	92,0
77	87,0	110,2	91,7	41,2	141,8	129,8	79,5
78	93,6	101,4	107,5	34,4	128,3	103,9	98,1
79	102,4	102,0	85,3	37,4	122,6	103,9	116,1
80	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
81	105,3	108,2	115,8	61,3	88,2	101,7	93,2
82	98,3	91,1	71,7	31,1	79,4	89,5	91,8
83	99,2	117,9	69,7	32,3	96,3	100,4	97,0
84	99,1	121,6	65,5	20,4	136,6	85,8	92,9
85	87,6	99,2	55,7	15,9	107,4	67,6	87,4
86	62,9	65,8	45,7	20,1	54,1	67,5	71,8
87	55,2	50,5	53,8	20,0	47,2	66,2	72,9
88*	66,4	66,9	54,7	28,4	61,2	81,4	72,4
89*	77,5	69,9	58,3	35,8	57,0	75,5	73,9

FONTE: FMI - Primary Commodities 1986-88.

1988 e 1989 - FMI, Estatísticas Financeiras Internacionais.

Deflacionado pelo índice do valor unitário das exportações manufatureiras dos países desenvolvidos.

\* Estimados.

TABELA VI

PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS E DA COMUNIDADE  
EUROPÉIA (C.E.E.) NO COMÉRCIO AGRÍCOLA  
(% DAS EXPORTAÇÕES DO PRODUTO)<sup>1</sup>

Período Produto	1970/71	75/76	80/81	81/82	82/83	83/84	84/85	85/86	
<b>Trigo</b>									
Estados Unidos	35,5	43,1	42,5	44,7	37,3	35,4	32,9	26,0	
CEE	10,3	19,6	22,4	20,5	20,7	20,3	24,5	28,9	
<b>Grãos Duros</b>									
Estados Unidos	34,3	56,4	59,4	54,9	56,0	54,1	49,1	38,0	
CEE	15,8	14,4	12,6	13,2	15,5	14,3	16,8	20,5	
Período Produto	1972/73	75/76	80/81	81/82	82/83	83/84	84/85	85/86	
<b>Oleaginosas</b>									
Estados Unidos	30,9	26,0	23,8	20,3	20,9	16,6	14,2	16,8	
CEE	20,9	15,6	19,0	22,6	23,1	23,0	22,0	21,1	
<b>Óleos Vegetais</b>									
Estados Unidos	15,7	10,5	12,1	11,6	11,1	9,5	7,5	6,6	
CEE	22,7	21,8	21,8	21,6	21,5	23,2	21,5	21,8	
Período Produto	1970	75	80	81	82	83	84	85	86
<b>Leite em Pó</b>									
Estados Unidos	17,0	5,9	8,1	11,1	9,5	14,2	13,1	18,0	20,
CEE	52,0	16,0	35,7	31,1	22,6	10,6	13,9	14,9	10,
<b>Carne Bovina</b>									
CEE	21,2	38,5	39,2	38,7	33,2	37,3	43,7	42,0	45,
<b>Outros Principais Exportadores</b>									
Exportadores	42,3	31,3	30,2	26,3	31,1	25,7	19,3	19,5	19,

FONTE: Hathaway (1987). Pág. 46-67.

Nota 1: Os dados incluem o comércio intra-comunidade.

TABELA VII

EXPORTAÇÕES LÍQUIDAS (X-M) DA COMUNIDADE  
ECONÔMICA EUROPÉIA - PRODUTOS SELECIONADOS

Período \ Produto	1970/71	75/76	80/81	81/82	82/83	83/84	84/85	85/86
<b>Trigo</b> (Milhões de Tons.Métricas)	-6,1	3,0	10,1	10,1	17,3	18,3	25,0	24,9
<b>Grãos Duros</b> (Milhões de Tons.Métricas)	-15,9	-12,7	-13,8	-14,2	0,7	2,5	9,4	14,2
<b>Açúcar</b> (Milhões de Tons. Métricas)	-1,8	-0,7	3,5	3,1	4,2	2,8	2,9	

Período \ Produto	1970	75	80	81	82	83	84	85	86
<b>Manteiga</b> (10 <sup>3</sup> Tons. Métricas)	-49	-72	397	300	218	166	205	215	178
<b>Carne Bovina</b> (10 <sup>3</sup> Tons.Métricas)	-	-71	148	272	-31	132	423	308	421
<b>Queijo</b> (10 <sup>3</sup> Tons. Métricas)	-14	-25	195	214	232	227	318	245	285

FONTE: Hathaway (1987).

TABELA VIII

COEFICIENTES DE PROTEÇÃO NOMINAL PARA PREÇO AO PRODUTOR (P) E AO CONSUMIDOR (C)

- PAÍSES E PRODUTOS SELECIONADOS -

1980 - 82

Países	Média Ponderada por Países <sup>1</sup>		Trigo		Grãos Duros		Arroz		Carne Bovina		Açúcar	
	(P)	(C)	(P)	(C)	(P)	(C)	(P)	(C)	(P)	(C)	(P)	(C)
Austrália	1,04	1,09	1,04	1,08	1,00	1,00	1,15	1,75	1,00	1,00	1,00	1,40
Comunidade Européia	1,54	1,56	1,25	1,30	1,40	1,40	1,40	1,40	1,90	1,90	1,50	1,70
Estados Unidos	1,16	1,17	1,15	1,00	1,00	1,00	1,30	1,00	4,00	4,00	1,40	1,40
Japão	2,44	2,08	3,80	1,25	4,30	1,30	3,30	2,90	1,00	1,00	3,00	2,60

FONTE: Finger e Olechowski (1987), pág. 165.  
Preço Doméstico / Preço Internacional.

NOTA 1: A média ponderada inclui outros produtos agrícolas e os valores da produção são os pesos.

TABELA IX

O PRODUCER SUBSIDY EQUIVALENT (PSE)<sup>1</sup>  
 PAÍSES E PRODUTOS SELECIONADOS  
 (%)

Países	Estados Unidos		Comunidade Europeia		Japão		Austrália <sup>2</sup> Nova Zelândia	
	1979-81	1984-86	1979-81	1984-86	1979-81	1984-86	1979-81	1984-86
Trigo	14	44	28	36	97	98	4	13
Grãos Duros	9	30	24	26	96	98	8	8
Carne Bovina	9	9	42	53	53	55	10	11
Açúcar	15	76	34	75	46	72	-1,4 <sup>3</sup>	21 <sup>3</sup>
Arroz	7	61	15	68	71	86	16 <sup>3</sup>	25 <sup>3</sup>
Soja	6	10	43	59	82	84	-	-
Média dos Produtos Agrícolas	16	28	37	40	57	69	14	19

FONTE: FMI - 1988a.

NOTA 1: O Producer Subsidy Equivalent (PSE) intenta medir os pagamentos e subsídios necessários para compensar ao produtor no caso de eliminação das políticas de apoio à agricultura (expressada como proporção do valor do output), mais os pagamentos diretos explícitos já efetuados na atualidade menos impostos.

NOTA 2: Média Aritmética Simples.

NOTA 3: Só Austrália.

## BIBLIOGRAFIA

- Abreu, M.P. e Fritsch, W. (1988). New themes and agriculture in the new-round: a view from the south. Rio de Janeiro. Departamento de Economia - PUC/RJ. Texto para Discussão nº 188.
- Banco Mundial (1986) Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial. Washington.
- Finger, J.M. e Olechowski, A. (1987). The Uruguay Round. A handbook for the Multilateral Trade Negotiations. Washington, World Bank.
- Fundo Monetário Internacional (1986). Primary Commodities. Market Developments and Outlook . Washington.
- \_\_\_\_\_ (1988). Primary Commodities. Market Development and Outlook. Washington.
- Fundo Monetário Internacional (1988a). The Common Agricultural Policy of the European Community. Ocasional Paper nº 62 , Washington, D.C.
- \_\_\_\_\_ (1988b) Issues and Development in International Trade Policy. Ocasional Paper nº 63, Washington, D.C.
- Hathaway, D.E. (1987). Agriculture and the GATT: rewriting the rules. Washington. Institute for International Economies.
- Villalobos, R. de (1989). Liberalización o Reforma del Comércio Agrícola Mundial ? Trabalho apresentado ao Workshop sobre "The interests of developing countries in the global trade system". PUC/RJ.